

## **LEI Nº 2.131, DE 27 DE JUNHO DE 2018.**

Autoriza a doação de área de terras, medindo 1.578,18m<sup>2</sup>, localizada no Distrito Industrial, para a empresa **S. A. Sumeira Pereira – ME**, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a empresa **S.A. SUMEIRA PEREIRA-ME**, sediada à Rua Projetada 3, nº 638, Jardim Paraíso, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº 05.361.706/0001-00, uma área de terras medindo 1.578,18m<sup>2</sup> (mil quinhentos e setenta e oito metros quadrados e dezoito centímetros), determinada pelo **Lote 02**, encravado na **Quadra Y**, localizada no Distrito Industrial, matrícula nº 35.420 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Naviraí, com os seguintes limites e confrontações: **Frente** para a Rua Projetada 06 DIJP, com 35,00 metros; **Fundos** com o Lote nº 03, com 35,36 metros; **Lado Direito** com o Lote nº 01, medindo 39,78 metros; e **Lado Esquerdo** com a Rua Projetada 03 DIJP, com 45,00 metros.

§ 1º A donatária utilizará a estrutura já edificada no local para estacionamento de veículos e implementos como caminhões, tratores, pá carregadeira, motocanas com grua, picador de lenha industrial e florestal, bem como a produção de cavaco e entrega de lenha, atuando no ramo de comércio varejista de madeira e artefatos, e serviços de lenhadora e terraplanagem.

§ 2º A escritura pública de doação, **gravada com Cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade pelo prazo de 15 (quinze anos)**, será outorgada à empresa donatária, a qualquer época, na hipótese da necessidade do oferecimento do imóvel em garantia hipotecária em favor de instituições financeiras exclusivamente para a concessão de empréstimos para serem aplicados na construção, conclusão ou ampliação das instalações físicas da empresa sobre o imóvel doado.

§ 3º A donatária obriga-se, após seis meses de atividade no local, comprovar semestralmente à Gerência de Receita, através da apresentação da GFIP do mês anterior devidamente quitada a geração de 9 (nove) empregos diretos.

§ 4º Nos exatos termos do § 4º do artigo 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, fica dispensada a licitação para a alienação objeto da presente Lei, por tratar-se de doação com encargos, objetivando o desenvolvimento, a criação de novos empregos e a geração de divisas para o Município.

**Art. 2º** O não cumprimento de quaisquer das condições estabelecidas nesta Lei, implicará automaticamente na revogação da doação, com a reversão do imóvel ao patrimônio Municipal, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, e sem pagamento de qualquer indenização, permanecendo em poder do Município, as benfeitorias nele introduzidas, não possibilitando por este motivo, direito de retenção.

**Art. 3º** A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a repassar a título de contribuição às entidades filantrópicas de Naviraí, devidamente cadastradas na Gerência de Assistência Social, o valor de 1.500 UFN's, de conformidade com o art. 11 da Lei 1.925/2015.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da presente doação, bem como as resultantes da escrituração e registro, serão de responsabilidade dos donatários.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Naviraí, 27 de junho de 2018.

**JOSÉ IZAURI DE MACEDO**  
**Prefeito Municipal**